

CONSTITUIÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL NO BRASIL: A VIA COLONIAL*

Vânia Noeli Ferreira de Assunção**

RESUMO

Este texto discute a forma específica pela qual se constituiu o capitalismo industrial brasileiro. Centramos nossa atenção na análise de J. Chasin, que qualifica a formação socioeconômica brasileira como de via colonial. Abordamos, então, algumas características que, segundo este autor, distinguem o Brasil dos países clássicos e dos países de via prussiana: uma industrialização ultra-retardatária e de lenta implantação; o abandono, pela burguesia, de suas tarefas históricas e sua submissão à burguesia dos países centrais; a ausência de democracia; a conciliação entre novo e velho; a dissociação entre progresso social e evolução nacional, entre outras.

Palavras-chave: Brasil - história; Brasil - industrialização – história.

THE CONSTITUTION OF THE INDUSTRIAL CAPITALISM IN BRAZIL: THE COLONIAL WAY

ABSTRACT

This work discusses the specific form took by the constitution of the brazilian industrial capitalism. The main focus is on the analysis by J. Chasin, who discovered that the brazilian social and economic formation was in the Colonial way. The article presents some of the characteristics that, according to that author, distinguish Brazil from the classical countries as well as from those of the Prussian way: an ultra-late and very slowly developed industrialization; the resignation by the bourgeoisie from its historical tasks and its submission to

the bourgeoisie from developed countries; the lack of democracy; the conciliation between new and old; the dissociation of social development from national evolution, among others.

Keywords: Brazil - History; Brazil - industrialization - History.

É falso supor que o desenvolvimento econômico ocorre, em uma diversidade de países, através de uma mesma sucessão de etapas, como falsa também é a crença em que os países subdesenvolvidos encontram-se numa etapa há muito superada pelas nações atualmente desenvolvidas e que, portanto, seus problemas seriam específicos da “juventude”, a ser superados no decorrer do tempo.

Há, portanto, uma desconsideração de que o modo de produção capitalista determina e contém várias formações sociais, em que se define, enquanto *formas particulares concretas*, o seu caráter universal. De forma que o evoluir do capital concretiza vários tipos de capitalismo, no que já foi propriamente denominado *desenvolvimento desigual e combinado*. Sendo assim, as características gerais, comuns ao sistema, não existem senão de forma abstrata, e constituem, segundo Marx, “um conjunto complexo de determinações diferentes e divergentes”.

Este texto tem o objetivo bastante modesto de apresentar algumas considerações sobre o capitalismo brasileiro, tendo por eixo a sua apreensão como *capitalismo de via colonial*. Citamos, ademais, estudos de diversos autores que não se utilizavam da designação “via colonial”, mas cujas observações pertinentes ajudam a compreender as determinações desse caminho específico^[1]. Nesse sentido, o grande número de citações não pôde ser evitado. A repetição de idéias também é uma necessidade, devido à complexidade do assunto, que só pode ser separado dos outros elementos da realidade para efeitos didáticos.

Nossa preocupação central reside em lembrar que os movimentos nacionais que surgiram no momento da derrocada do feudalismo e que, com a

vitória do capitalismo, espalharam-se por todo o planeta, se objetivaram com caracteres peculiares, dadas as condições histórico-concretas anteriores com as quais se mesclaram, e dado o próprio processo específico de sua entificação.

Florestan Fernandes já ressaltava que não há um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista. Os requisitos para a transformação, dizia ele, entram em interação com elementos econômicos e extra-econômicos da situação social, e esta hibridez é que delimita como se concretizará, histórico-socialmente, a transformação capitalista, qual o padrão concreto de dominação burguesa e quais as probabilidades de a revolução burguesa absorver os requisitos centrais da transformação capitalista. Desconhecer tais diferenças de objetivação do capitalismo (entre os *casos clássicos*, os *casos comuns* e os *casos atípicos*, segundo sua denominação) leva a uma mistificação e substancialização da história.

Por outras palavras, dentro da universalidade do capitalismo, existem várias formas de concreção. Uma delas, a *via clássica*, foi assim considerada por Marx porque, por diversas circunstâncias históricas, foi aquela que conduziu à constituição de um mercado mundial e do modo de produção capitalista, o qual, por ser o primeiro modo de produção realmente universal (na medida em que dissolve os modos de produção pré-capitalistas), abre a história mundial e, ademais, a possibilidade histórica de superar a fase das sociedades de classes. Também foi a mais coerente, pois há uma interconexão orgânica das partes entre si e em relação ao todo.

Nos países que chegaram ao capitalismo pela via clássica, segundo Marx e Engels, “cada etapa do desenvolvimento da burguesia foi acompanhado de um progresso político correspondente”, que culmina com a supremacia do modo de produção capitalista implantado pelas revoluções democrático-burguesas. Estas revoluções eram movimentos de caráter nacional e popular e suas propostas e projetos apontavam para o *historicamente novo*, em prejuízo do *historicamente velho*.

Dentro da *forma particular clássica* de objetivação do capitalismo, existem os caminhos específicos francês e inglês, por exemplo. Marx e Engels consideraram a Inglaterra o país típico do desenvolvimento econômico da burguesia, e a França, do desenvolvimento político dessa classe. É característico dos caminhos clássicos a incorporação, nos movimentos nacionais, do campesinato, categoria social mais numerosa e mais difícil de mover. Aí, para que a burguesia pudesse “lucrar só os frutos maduros do triunfo”, foi necessário levar a revolução muito além de sua meta.

Porém, no interior da totalidade do capitalismo, existem formas particulares *não-clássicas* de objetivação. Uma delas é o *capitalismo tardio*, *capitalismo da segunda época* ou *via prussiana*. O país típico desse desenvolvimento é a Alemanha. Pela via prussiana, os estados nacionais só são formados num momento posterior aos países da via clássica, já então plenamente constituídos. Nestes países, o antagonismo entre burguesia e proletariado já era patente e assumido teórica e praticamente. Por outro lado, enquanto que nos países de via clássica a unidade nacional pôs-se desde logo no processo de dissolução feudal, com a constituição das monarquias nacionais, na Alemanha a problemática da unidade nacional ainda era atualíssima e tarefa por realizar. Isso porque, dado o particularismo feudal existente até quase o final do século XIX, a Alemanha não passava, na verdade, de um punhado de principados independentes cuja própria existência entravava sua centralização territorial.

Na Alemanha, *progresso social* e *evolução nacional* não se empuxavam mutuamente, mas se encontravam em contraposição. Ali, o desenvolvimento do capitalismo não conseguia produzir uma classe burguesa capaz de assumir a direção da nação. Acresça-se a isso que a frágil burguesia alemã, consciente do antagonismo com o proletariado revolucionário e temerosa dos feitos deste, abandonou covardemente suas tarefas políticas, realizando apenas as econômicas (unidade monetária, liberdade profissional e de circulação etc.).

O caso alemão apresenta similaridades impressionantes em relação ao brasileiro. Em ambos os países, por exemplo, a estrutura fundiária é

determinada decisivamente pela grande propriedade rural. Da mesma forma, os dois países adotaram processos de modernização marcados fortemente pela conciliação, o *reformismo pelo alto*, que exclui do plano imediatamente político os momentos de ruptura em que pudessem influir minimamente as classes subordinadas. De igual modo, nos dois casos a constituição do capitalismo industrial é retardatária, sofrendo as contingências impostas por forças adversas, e o desenvolvimento das forças produtivas dá-se lentamente^[2].

Tais semelhanças bastariam para caracterizar o capitalismo brasileiro como sendo de via prussiana? Alguns assim o fizeram. Contudo, desde os idos de 1977, o pensador brasileiro J. Chasin estudava como a formação histórico-social brasileira se pôs por um caminho específico, *diferente do alemão*. Chasin apontava as abissais diferenças que separam mesmo os aspectos semelhantes entre Brasil e Alemanha.

Dessa forma, a grande propriedade rural tem gênese histórica distinta nos dois países: a propriedade feudal típica, no caso alemão; a empresa colonial do capitalismo mercantil, no caso brasileiro. A industrialização alemã, mesmo que atrasada em relação aos países clássicos, já está se pondo no século XIX, atingindo ao depois presteza e vigor tantos que alça à condição de país imperialista. No Brasil, como é sabido, apenas muito mais tardiamente, quando as guerras imperialistas (que incluíam a Alemanha) já estavam em curso, é que efetivamente teve início a industrialização. Mesmo esta, contudo, jamais foi capaz de romper com a subordinação aos pólos hegemônicos da economia internacional. Ou seja: embora antidemocrática, a burguesia alemã se autodetermina, enquanto que a burguesia brasileira, além de antidemocrática, é caudatária, incapaz, por iniciativa e força próprias, de reagir diante da dominação imperialista.

Segundo Chasin, tão importantes diferenças entre ambos os países iam muito além de especificidades dentro de uma mesma forma particular de capitalismo. Está-se, diz ele, diante de um outro caminho, diferente dos clássicos e também diferente do prussiano, caminho este que ele denominou *via colonial de objetivação do capitalismo*^[3].

São características deste caminho particular, entre outras, uma estrutura agrária em que é decisiva a presença da grande propriedade de origem colonial, cuja produção está voltada para o exterior; as modificações são realizadas “pelo alto”, conciliando interesses, sem a participação do povo e excluindo as rupturas superadoras; o desenvolvimento das forças produtivas é bem mais lento do que nos países clássicos e, ainda mais, a implantação e progressão do capitalismo industrial é ultra-retardatária, sofrendo em seu desenvolvimento obstaculizações e refreamentos de todo tipo; esse *retardo histórico* e esse *desenvolvimento retraído* aditam-se a um inacabamento de classes, em que a burguesia deixa de realizar suas tarefas históricas e os trabalhadores precisam tomar como suas as bandeiras que outrora e alhures estavam nas mãos da burguesia revolucionária, como a democracia.

Subordinação Estrutural e Atrofia

Conforme já referimos, como característica geral, podemos afirmar sinteticamente, de acordo com Chasin, que a constituição do capitalismo industrial brasileiro ocorreu de forma ultra-retardatária, lenta e sem se chocar com a velha ordem agroexportadora. Esta, como se sabe, estava voltada à satisfação de necessidades externas ao país.

Esse surgimento *estruturalmente subsumido* ao mercado capitalista europeu então em constituição condicionou o fato de que a burguesia brasileira seja sujeita às burguesias dos países do centro capitalista. Ela jamais buscou, por meio de um processo revolucionário de massas, sua emancipação econômica e política, mesmo - ou melhor dizendo, principalmente - em épocas mais recentes da história brasileira.

Caio Prado Jr. buscava as raízes dessa dependência e subordinação orgânicas no próprio processo de constituição da sociedade brasileira. Afinal, viemos à luz como “Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais” a outros países e populações, pelo que estaremos organizados e funcionando “em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino” que nos gerou (Prado Jr., 1972, p. 270). De forma que nossa economia de origem colonial é oposta a uma verdadeira

economia *nacional*, já que a vida econômica existente não está voltada a atender às necessidades das pessoas que aqui habitam, mas às de grupos internacionais.

Momento fundamental de objetivação do capitalismo não-clássico é a industrialização, que traz consigo o essencial das características mais globais do sistema e se constitui, ao mesmo tempo, em resultado de sua interação com os elementos presentes na realidade específica em que se põe. Isso porque o desencadeamento de um processo industrializante implica um “conjunto de exigências econômicas e históricas, internas e externas à sociedade dada, suficientemente complexo para admitir uma gama de formas de realização” – e, pois, a industrialização, “longe de ser uma fase ‘natural’ do desenvolvimento histórico de todas as nações, é um processo que só alcança êxito à custa de reorganizações de tensões muito intensas no interior da sociedade” (Cohn, 1978, p. 286). Por este motivo, a análise do processo de industrialização brasileiro é fundamental para a compreensão do caráter específico do capitalismo aqui existente.

Sabe-se que a industrialização é algo bem diverso da mera criação de indústrias: trata-se de um conjunto de mudanças, dotado de uma certa continuidade e de um sentido – este dado pela transformação integral de um sistema econômico-social de base não industrial (agro-exportadora, no nosso caso). É, pois, um processo para cuja ocorrência deve concorrer todo um conjunto de condições históricas, sob pena de reproduzir o fenômeno cíclico que conhecemos tão bem (Cohn, 1978).

Mas, como se sabe, a sorte da indústria nacional estava sempre “indissolúvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país, bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado” (Prado Jr., 1972, p. 266).

A resultante é que a industrialização que se processou no Brasil é hipertardia, retardatória, lerda, uma “industrialização que se atrasa,

indefinidamente, no tempo, que se descola do desenvolvimento do mercado interno, da revolução agrária e da revolução urbana, ou que se dá sem que tais processos adquiram certa velocidade e intensidade”, no dizer de Florestan Fernandes. O fato de as mudanças serem tardias, lentas e limitadas acaba submetendo a industrialização a todo um complexo de “oscilações conjunturais, intermitências estruturais e inconsistências institucionais, ou seja, um fraco impulso intrínseco de diferenciação, aceleração constante e universalização do crescimento industrial” (Fernandes, 1981, p. 298).

Lembre-se de que, nas origens da indústria nacional, o capitalismo brasileiro então em crise precisava de uma alternativa para a ordem agroexportadora predominante, amplamente caracterizada pela alternância entre ciclos econômicos expansionistas e a conseqüente decadência posterior. Sabe-se da importância que tiveram as relações imperialistas tanto para o auge quanto para o declínio daquela economia, especialmente no que tange à intermediação comercial e financeira. É apenas no interior da dialética do *auge* e *decadência concomitante* do sistema agroexportador que a industrialização brasileira se põe. E põe-se somente como *uma* das possibilidades dentre as alternativas de diferenciação de atividades buscadas em face da crise do café.

Se a Revolução de 30 vem marcar o fim da hegemonia agroexportadora e o início da predominância da indústria, será apenas em 1956 que a participação da indústria na renda interna ultrapassa a da agricultura. A partir daí, o processo de industrialização se dá de forma mais contínua, sem as tantas interrupções da *história de vários começos* que foi a da industrialização brasileira (Chasin, 2000).

Mas é importante salientar ainda uma vez que, além de hiper-retardatário, o domínio do capital industrial, em seu processo de constituição histórica no Brasil, não conseguiu ultrapassar o nível da incipiência durante toda a primeira metade do século passado. No final da década de 70 ainda não havia se completado, tanto que a questão da produção de bens de capital estava na ordem do dia.

Por outro lado, a eclosão industrial mantinha-se submetida ao velho modelo dos ciclos econômicos, tão destrutivo para o desenvolvimento de uma economia capitalista integrada. As enormes diferenças de desenvolvimento no interior do país e as tantas áreas em profunda decadência são produtos dos muitos períodos econômicos que vivemos, todos eles voltados a atender os interesses do estrangeiro. Estes ciclos também estão sempre largamente relacionados à conjuntura internacional, de forma que qualquer atividade econômica brasileira “pode ser gravemente afetada, mesmo paralisada de um momento para o outro em virtude de ocorrências longínquas nos grandes centros financeiros do mundo” (Prado Jr., 1972, p. 281).

Essa industrialização lenta, retardatária, inorgânica e não autocentrada gera muitos e profundos problemas cuja tentativa de solução leva ao intervencionismo estatal e ao empuxo externo dos centros dinâmicos capitalistas, de forma que, no dizer de Florestan Fernandes, “a *revolução nacional* continuaria a ser dimensionada pela infausta conjugação orgânica de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa”, repetindo o círculo vicioso.

Darcy Ribeiro já chamava a atenção para o que denominou *industrialização recolonizadora* que, promovida pelos capitais internacionais, diretamente ou em associação com os capitais nacionais, atua nos países subordinados como *fator de atraso*: embora ocorra a *modernização reflexiva* da produção e a substituição de importações, o excedente econômico aqui produzido é remetido para fora e uma classe burguesa orgânica dá lugar a um *empresariado gerencial* cujo compromisso é remeter o lucro a seus patrões (Apud Rago, 1998, p. 31). De fato, a burguesia brasileira está desde sempre associada aos interesses de grupos estrangeiros que exploram as riquezas do país, de forma que assume o interesse daqueles como seu. A classe dominante brasileira atua, portanto, como um agente da dominação externa - “é irmã siamesa dos que nos exploram a partir de fora e que não têm nenhuma razão especial, além da continuidade e do crescimento do butim, para desejar a vigência de uma república democrática; e compartilha com eles a responsabilidade pelo neocolonialismo imperante” (Apud Rago, 1998, p. 33).

Esses dois fatos conjugados – submissão ao imperialismo e crescimento econômico em ciclos – vão atentar contra a inteireza e organicidade do capitalismo nacional, que desta maneira fica atrofiado. Em primeiro lugar, conforme salienta Florestan, porque os surtos e ciclos de crescimento econômico rápido “expunham essas classes e estratos de classe, *arcaicos* ou *modernos*, a uma intensa e incontrolável avidez por ‘oportunidades’ e ‘vantagens estratégicas’ novas”, dificultando a constituição de uma organicidade e uma universalidade de interesses. Ou, como complementa Caio Prado, o funcionamento “caótico” e “inorgânico” do capitalismo nacional estimula as especulações e a busca por “situações anormais e oportunistas”, das quais as burguesias imperialista e nacional-associada buscam “tirar partido momentâneo, seja embora com o mais grave dano para a economia geral do país”. Faltava, portanto, coesão à burguesia industrial, de forma que, durante muito tempo, não tivemos nem mesmo uma classe digna desse nome, senão apenas burgueses, industriais individuais^[4].

É por isso que eram tão limitadas as reivindicações formuladas pelos representantes da indústria no início do século XX, vindícias que se concentravam quase sempre em exigências de medidas protecionistas de nível tarifário e jamais conseguiam visualizar o próprio processo de industrialização interna. São reivindicações parciais porque em geral se referem a produtos específicos, exprimem interesses particulares e não de toda uma classe (Cohn, 1978; Prado Jr., 1972)^[5].

Essa ausência de organicidade compele as classes burguesas a se omitirem ou, mesmo, a se anularem diante de certas tarefas práticas especificamente burguesas. Por isso, as grandes tarefas da burguesia nacional acabaram sendo levadas a cabo não por ela, mas pelo Estado – algumas vezes, até contra seus interesses imediatos, embora sempre em seu favor^[6]. Em outros termos, da convergência artificial e necessariamente contingente de interesses “resulta um tipo especial de impotência burguesa que faz convergir para o Estado nacional o núcleo do poder de decisão e de atuação da burguesia. O que esta não pode fazer na esfera privada tenta conseguir

utilizando como sua base de ação estratégica, a maquinaria, os recursos e o poder do Estado” (Fernandes, 1981, p. 350).

Este aspecto também foi abordado por Carlos Nelson Coutinho. Este autor salienta que, no Brasil, “O Estado foi sempre o protagonista desse processo de modernização e a burguesia /.../ revelou, ao longo de praticamente toda a história brasileira pós-30, que estava muito presa a seus interesses econômico-corporativos e incapaz de chegar ao nível da consciência ético-política”, de forma que a “privatização do Estado aqui assume características patológicas (mesmo no sentido de um Estado capitalista)” (Coutinho, 1967, p. 142). E, de fato, sem o controle absoluto do poder estatal, não se poderia pensar como a burguesia consegue se apropriar com tamanha segurança do excedente econômico nacional. É graças ao forte apoio do aparato estatal que tivemos poucas movimentações sociais ameaçando o poder constituído, quando se as compara com as quase inacreditáveis desigualdades sociais brasileiras.

Progresso Social x Evolução Nacional

A superexploração da força de trabalho também é uma característica do país e tem raízes firmemente plantadas na história nacional. Lembre-se, antes de mais, que fomos o último país do mundo a abolir a escravidão e que uma instituição como esta demanda longo tempo para perder influência na ideologia e nas práticas sociais.

Mesmo com o trabalho assalariado a superexploração permaneceu, com o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor histórico. Este fenômeno baixa dramaticamente o nível econômico da população brasileira – tanto que a constituição de um mercado interno foi dos mais graves problemas enfrentados no processo de industrialização. Se é da própria natureza do capital apropriar-se da mais-valia produzida pelo trabalhador, no Brasil este sofre uma dupla exploração: da burguesia autóctone e, principalmente, do imperialismo internacional. De forma que a exploração da força de trabalho

adquire aqui contornos mais dramáticos, dado que, como observava Caio Prado, “nesse processo não é apenas a classe trabalhadora que se desfalca, mas o país em conjunto, que vê escoar-se para fora de suas fronteiras a melhor parcela de suas riquezas e recursos” – e uma das conseqüências será justamente a inapetência e lentidão da acumulação capitalista, como já citamos (Prado Jr., 1972, p. 280).

Como sintetiza Chasin, no Brasil, pela forma particular como se constituiu, “acumulação moderna e dinâmica e pauperismo estrutural ou superexploração do trabalho perfazem os membros contraditórios de uma mesma equação unitária do capital” (Chasin, 1986, p. 3). Em nossa realidade, toda modernização tem significado a reprodução da miséria das massas e da subordinação estrutural^[7]. A extrema desigualdade social brasileira é, portanto, retrato de uma determinada maneira de ser do capital, “que reitera de modo particularmente *agigantado* a lógica intrínseca de todo capital: a produção em paralelo de imensa riqueza e de imensa miséria” (Chasin, 1986, pp. 2-3).

Põe-se, dessa forma, uma entificação social que quanto mais se moderniza mais exclui as massas do gozo da modernidade política e social. Esse tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira é o capitalismo possível por aqui, um “capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com freqüência, por meios políticos e no terreno político”, dirá Florestan.

Tal situação – já o referimos – não poderia ser mantida com segurança por longo prazo sem o recurso à força e ao monopólio do poder. De fato, os estudiosos têm chamado a atenção para a “forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia”, em que se acaba restringindo a noção de democracia “aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa” (Fernandes, 1981, p. 292).

As mudanças sociais ocorridas no Brasil, mesmo considerando as suas fundas contraditoriedades e as inúmeras vicissitudes, consistiram sempre na “passagem de uma forma de poder para outra, conservando intactas a natureza deste mesmo poder e a sustentação fundamental que o gera e anima:

o complexo de um período de uma particular acumulação capitalista, expresso numa política econômica que não é posta em causa” (Chasin, 1982, p. 9). Antes ao contrário: tem-se agido sempre – e justificado tudo – para manter intocada esta forma brutal de acumulação capitalista, o que pode ser expresso naquela célebre máxima que proclamava a eventual necessidade de mudar tudo para que tudo continue como está...^[8]

De instauração ultra-retardatória, de progresso lento e estruturalmente atrofiado, resultado da conciliação com as forças sociais representantes de formas socioeconômicas inferiores e da subsunção ao capital hegemônico mundial, o capitalismo brasileiro é capaz de realizar apenas uma *modernização excludente*, em que o *progresso social* está radicalmente dissociado da *evolução nacional* ^[9].

É importante salientar outro aspecto distintivo dos países que chegaram ao capitalismo por uma via não-clássica: nesses países jamais houve uma *revolução burguesa*. Marx destacava, quando à revolução de março de 1848 na Prússia, que esta não deveria ser confundida com as revoluções de tipo europeu, das quais não era senão um eco debilitado num país retardatário, “uma revolução secundária” cuja “ambição consistia em querer ser um anacronismo”. Já na via colonial do Brasil, país hiper-retardatário, “a encarnação burguesa do anacronismo dispensou até mesmo revoluções terciárias. Ou seja, jamais completou seu parto” (Chasin, 1985, pp. IX-X).

A ausência de uma revolução democrático-burguesa impediu que a burguesia brasileira forjasse uma identidade nacional e se projetasse para todas as classes sociais, dado que não estava dotada de “uma dinâmica própria que pudesse efetivamente representar os interesses das demais categorias sociais” (Rago, 1998, p. 17). Por outros termos, a burguesia brasileira, pela sua estruturação histórica, não pode realizar seu papel de universalizante político “- não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto” (Chasin, 1982, p. 11).

Essa é uma causa e, ao mesmo tempo, um efeito do que observou Carlos Nelson Coutinho:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas - mesmo utópicas - de realizar na prática o "cidadão" e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. (Coutinho, 1967, p. 142)

O outro lado da moeda é, portanto, que, na ausência de uma revolução democrático-burguesa, as massas não tiveram oportunidade de participar do processo de constituição de uma nova ordem. Com isto, não puderam minimamente interferir nem fazer valer algumas de suas reivindicações.

Também nesse aspecto a força do imperialismo se faz presente. Já vimos que, no caminho do Brasil ao capitalismo industrial, o verdadeiro capitalismo, a presença do imperialismo será decisiva, e seu papel hegemônico. Com a importante constatação de que o "capital estrangeiro moderniza mas, ao mesmo tempo, retira da modernização o seu conteúdo e sentido revolucionário", daí resultando que "temos uma sociedade que pode avançar no sentido do desenvolvimento capitalista, mas raramente pode associar esse desenvolvimento capitalista a uma democracia que estenda a todos as liberdades fundamentais dos cidadãos, as garantias sociais" (Fernandes, 1989, p. 137).

Constituindo-se num momento em que as lutas de classe já se punham no plano internacional, a burguesia do capital atrofiado brasileiro apavorou-se das revoluções, aliou-se aos representantes do *historicamente velho*, as antigas classes dominantes, e "operou no interior da economia retrógrada e fragmentada". Quando as modificações políticas se faziam imprescindíveis, eram realizadas "pelo alto", compondo e recompondo com as "velhas classes" "através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente sua vontade coletiva" (Coutinho, 1967, p. 142).

“Não estamos na era das ‘burguesias conquistadoras’”, ressalta também Florestan Fernandes. A burguesia – a imperialista e as subordinadas – têm como principal preocupação “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (Fernandes, 1981, p. 295).

Afinal, como lembra Marx, ainda antes do fim da primeira metade do século XIX a burguesia havia perdido as ilusões que viam no Estado “os fins universais da humanidade”, passando, na verdade, a reconhecê-lo como a “expressão oficial de seu poder exclusivo e a consagração política de seu interesse particular” (Marx, *A Sagrada Família*, apud Chasin, 1985, p. IX).

Neste aspecto, percebe-se que o hiper-retardamento do verdadeiro capitalismo brasileiro e de suas classes não é questão meramente cronológica. Brotada tardiamente, bem depois da perda de ilusões burguesas acima citada, a burguesia dos países de via colonial “Nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações”, da mesma forma que “Nunca teve que desacreditar do ideal do Estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi seu ideal de Estado”, e nunca se ocupou dos fins universais da humanidade, “porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre seus próprios fins particulares” (Chasin, 1985, p. X)

Temos, pois, que as burguesias “que só agora chegaram ao vértice de suas possibilidades - e em condições tão difíceis - viram-se patrocinando uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário” (Fernandes, 1981, p. 295) e que, para as outras classes, encarna a própria contra-revolução. “Desprovidas de qualquer romantismo político, ‘revolucionário’ ou ‘conservador’”, identificam imediatamente a revolução nacional com seus alvos particularistas (Fernandes, 1981, p. 301). Só é essencial “a defesa e a promoção de interesses comuns da burguesia nacional e internacional”, filtrando e ajustando os interesses divergentes de tal forma que seu impacto revolucionário é drasticamente reduzido ou mesmo anulado. A somar-se à sua insensibilidade perante os problemas nacionais vem este fato extremamente importante de que os setores conservadores da burguesia

detêm o monopólio de *selecionar e introduzir* as modificações historicamente necessárias.

É evidente o caráter universal da contradição intestina do capitalismo. Contudo, esta admite variantes. O capitalismo de via clássica comporta, sob as regras democrático-liberais, ao menos o questionamento econômico no nível reformista. Já o capital periférico, “sempre roído pelo seu subordinante, e compelido a roer superlativamente seus subalternos, não só preserva na generalidade o modo de produção, mas nega qualquer gênero de questionamento econômico”, pois está plenamente consciente de que, dada sua “estreiteza capitalista, toda alteração significativa só pode provir da angulação das massas, implicando, mesmo quando não fere seu arcabouço fundamental, uma parcela de sua desmontagem”, sendo portanto prejudicial e abertura de perigoso precedente (Chasin, 1982, p. 16).

Nas palavras de Florestan, as burguesias brasileiras “não tinham como servir-se do radicalismo burguês para captar a simpatia e o apoio das massas populares sem ao mesmo tempo aprofundar seus conflitos entre si e, o que era mais importante, sem arriscar os fundamentos materiais e políticos da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido”. Outro fato importante destacado por Fernandes: nas nações capitalistas dependentes, “as ideologias e utopias das classes dominantes deixam de sofrer controle societário eficiente, pois, com freqüência, as demais classes não possuem ‘condições de barganha’ e de autodefesa ‘dentro da ordem’” (Fernandes, 1981, p. 333).

Assim, “Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, /.../ a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um ‘reformismo pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular” (Coutinho *apud* Rago, 1998, p. 21). Dessa forma, em primeiro lugar pela sua *atrofia estrutural*, bem como pela época em que surge, a burguesia nacional mantém-se permanentemente em *conflito aberto* com as categorias sociais de baixo, ao mesmo tempo em que se subsume ou concilia com os outros setores sociais dominantes.

De horizontes estreitos, de potência auto-reprodutiva limitada, o capital atrofico não pôde assumir um *projeto nacional* em que estivessem integradas as categorias sociais subalternas. Diante dessa especificidade histórica, faz-se necessário verificar concretamente a possibilidade da efetivação de uma democracia em moldes liberais. Em condições de incompletude de classes e de um capital ele mesmo atrofiado, há, pois, que pesquisar as formas próprias (e possíveis) da dominação burguesa.

A esse respeito, Chasin observa que “Ditaduras e milagres traduzem o caráter essencial de nossa formação e estrutura coloniais”. Entremeadamente com os “milagres” econômicos - cana-de-açúcar, café e tantos outros -, a sociedade conviveu com sucessivas políticas autocráticas: a monarquia, baseada na escravidão; a República Velha, cuja fachada liberal-democrática não escondia a sua realidade ditatorial a serviço das oligarquias rurais; o Estado Novo também ditatorial, surgido depois de irrelevantes e pouquíssimos anos constitucionais; o governo constitucional de Dutra, sob o patrocínio da Constituição de 46 e a política imperialista da guerra fria, marcado pela repressão geral, particularmente aos comunistas; só com o segundo governo Vargas e até o golpe de 64 temos uma relativa democracia, que assistiu ao suicídio de um presidente, à renúncia de outro, a toda uma série de golpetes e aos dois golpes contra Jango. Assim, “os anos mais democráticos e liberais da vida nacional” são “Menos, portanto, de década e meia, através da qual a democracia vigente, com todas as suas limitações, foi várias vezes duramente atacada e ao cabo da qual não conseguiu se firmar” (Chasin, 1982, p. 10).

A exclusão das massas da vida sociopolítica nacional dá-se, segundo Chasin, pelo expediente da *autocracia*, esteja ela *institucionalizada* ou se exponha em seu caráter inteiramente *bonapartista*, ambas prescindindo e obstaculizando a participação política das massas, como tantas vezes a história demonstrou. E vai além: retira delas o poder de participar até mesmo do mercado capitalista, cujo acesso lhes é impedido pela prática perversa da *superexploração da força de trabalho*, como vimos de ver. Em outros termos, “Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação

articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político” (Chasin, 1989, p. 17).

Enfim, dirá Chasin, o domínio do capital se pôs de uma forma nunca completada, que reproduz e moderniza, à medida que avança, sua incompletude. O capital atrofico acabou consubstanciando um capitalismo também atrofiado, incompleto, subordinado aos interesses de fora, em que a lógica no trato com a imensa maioria da população é a *modernização excludente* e a *violência estrutural*. De forma que, no Brasil, a dominação burguesa tem oscilado entre dois pólos: “a *truculência de classe manifesta* e a *imposição de classe velada ou semivelada*”, tem se alternado entre a *autocracia burguesa institucionalizada* e o *bonapartismo* mais repressor – a primeira “é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de paz’”, este último “é sua forma em ‘tempos de guerra’” (Chasin, 1982, p. 11). Exclui-se, dessa maneira, a possibilidade de uma hegemonia burguesa num quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais.

São essas as duas formas possíveis de domínio de uma burguesia para quem toda transformação é uma ameaça, mesmo aquelas transformações historicamente próprias a seu gênero - pois aqui “as transições, à medida que o capitalismo amadurece e se moderniza, ficam mais difíceis, perigosas ou, até, cataclísmicas” (Fernandes, 1981, p. 300).

Também neste aspecto a relação de vassalagem com o imperialismo gerou seus frutos. Isso porque a incompletude de classe de nossos proprietários entrelaça-se com sua “inapetência congênita para a democracia liberal”, justamente pela sua subordinação. Afinal, “Como poderiam coabitar com a *soberania do povo*, na inintegralidade de sua *soberania enquanto classe do capital?*” (Chasin, 1985, p. VII) Capital subalterno e soberania popular não se assimilam. O monopólio do poder pela burguesia está, portanto, jungido à sua subordinação ao estrangeiro: de fato, como poderia dominar “materialmente, sob a soberania política do povo, se sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro soberano?”

De forma que a burguesia brasileira “Não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria” (Chasin, 1986, p. 5). Nestas condições, parece que uma democracia efetiva torna-se reivindicação dos trabalhadores, que teriam a tarefa de suplantar a autocracia burguesa correspondente ao capital atrofico.

O Brasil, após a desventura Collor, foi definitivamente incorporado ao mercado internacional e ao capitalismo moderno. E o foi, ainda esta vez, sem confrontar-se corajosamente com as mazelas da *via colonial*. Está, portanto, inteiramente percorrido o caminho da industrialização brasileira, cujo ponto de chegada era previsível, pois que reiterou os principais caracteres do período anterior.

O país foi forçado a uma reestruturação interna no interior da globalização, traçada a partir de uma produção e uma circulação diversamente parametradas, dado o inédito estágio de desenvolvimento das forças produtivas e a nova forma de circulação do capital, que repousa na esfera do mercado mundial. Mas esta reestruturação manteve intocada a problemática nacional, no que ela tem de substancial. E, de outro lado, a globalização não se dá no vazio, mas se efetiva em nações, regiões ou configurações sociais que têm uma dada estrutura material que irá determinar a forma pela qual elas vão, podem ou não se inserir.

É de supor que um Brasil globalizado, portanto, não significará o paraíso na Terra, não alçará à condição de país dominante nem modificará substancialmente as formas de dominação vigentes em seu interior, dada a sua maneira de inserção. Mas a outra alternativa – manter-se ao largo do processo global –, se não descartada logo por absurda e inviável, torna-se muito menos atraente que a integração, pois com esta pelo menos alguma modernização se alcança.

Em suas análises sobre a globalização, interrompidas pela morte precoce, no auge da maturidade intelectual, Chasin apontava essas novidades e afirmava com convicção que qualquer alternativa à ordem existente agora só pode ser pensada da perspectiva onímota do trabalho, única que pode

vislumbrar uma transição para além da questão nacional-democrática. Mas isso já é assunto para outro texto.

Bibliografia

CHASIN, José (1982). “¿Hasta Cuando?” in *Revista Nova Escrita/Ensaio*. São Paulo, Escrita.

_____ (1985). “A Esquerda e a Nova República”, in *Revista Ensaio 14*. São Paulo, Ensaio.

_____ (1986). “A Miséria da República dos Cruzados” in *Revista Ensaio 15/16*. São Paulo, Ensaio.

_____ (1989). “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda” in *Revista Ensaio 17/18*. São Paulo, Ensaio.

_____ (1999). *O Integralismo de Plínio Salgado*. 2 ed. Santo André, Ad Hominem.

_____ (2000). *A Miséria Brasileira*. Santo André, Ad Hominem.

_____ (2001). “Ad Hominem – Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”, in *Revista Ensaio Ad Hominem 1*, tomo IV – Dossiê Marx. Santo André, Ad Hominem.

COHN, Gabriel (1978). “Problemas da Industrialização no Século XX”, in *Brasil em Perspectiva*. 10 ed. Rio de Janeiro, Difel.

COUTINHO, C. Nelson (1967). *Literatura e Humanismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FERNANDES, Florestan (1981). *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.

_____ (1989). “Constituinte e Revolução” in *Revista Ensaio 17/18*. São Paulo, Ensaio.

PRADO JR., Caio (1972). *História Econômica do Brasil*. 15 ed. São Paulo, Brasiliense.

RAGO FILHO, Antônio (1998). *A Ideologia 64: os Gestores do Capital Atrófico*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, mimeo.

RODRIGUES, Maria Angélica B. (1981). "Particularidade e Objetivação do Capitalismo", *Revista Nova Escrita/Ensaio* 8. São Paulo, Escrita.

* Parte modificada da dissertação de mestrado *O Satânico Dr. Go: a Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva*, apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1999. Publicado originalmente na *Revista da APG/PUC-SP*, São Paulo, ano X, n. 28, p. 281-98, dez./2002.

** Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder da PUC-SP. E-mail: vianoeli@uol.com.br

^[1] O que, obviamente, não elimina as inúmeras e por vezes grandes diferenças entre eles.

Ressaltamos, ainda uma vez, que este texto tem por objetivo apresentar sinteticamente a teoria chasiniana acerca da via colonial.

^[2] Carlos Nelson Coutinho é o mais célebre membro da corrente que atribui ao Brasil mais semelhanças que diferenças com o caso alemão. Associando este com o italiano, envereda por uma linha eurocomunista centrada numa frente popular contra o fascismo, em nome da "democracia como valor universal". É importante notar as enormes diferenças, também nesse aspecto, em relação ao Brasil, em que a ditadura se auto-reformou, e não foi derrubada, além de que aqui não houve fascismo, e a burguesia, diferentemente do que ele parece acreditar, apoiou a ditadura.

^[3] - Ver, de J. Chasin, *A Miséria Brasileira* (Santo André, Ad Hominem, 2000) e *O Integralismo de Plínio Salgado* (Santo André, Ad Hominem, 1999). A utilização do vocábulo "colonial" não deve provocar mal-entendidos: quer-se referi-lo a uma relação *estrutural* de subordinação, que vai muito além do mero aspecto político. Assim sendo, para exemplificar, a independência do Brasil em 1822 não significou a derrubada do modo de produção escravista-colonial no país, que continuou sendo dominante até pelo menos 1850, para desaparecer apenas em 1888.

^[4] Esta incompletude também atinge a classe trabalhadora e seus representantes. Daí que Chasin teça sérias críticas à atuação da esquerda brasileira. Este aspecto, por falta de espaço, não será abordado neste texto.

^[5] Podemos separar os industriais desta época em dois grandes grupos: a grande empresa industrial associada a outras atividades econômicas, em geral estrangeiras e não totalmente

separada delas, e um grande número de pequenas unidades atomizadas, verdadeiras oficinas cujo padrão era mais artesanal do que propriamente industrial. Ressalte-se, por fim, que a predominância do grupo agroexportador não era objeto de dúvida nem mesmo dos mais lúcidos e conseqüentes representantes da indústria. Cf. Cohn (1978), Prado Jr. (1972).

[6] Vargas, por exemplo, lamentava a resistência patronal à legislação trabalhista que implantava; salientava a falta de percepção dos patrões para o fato de que ele estava, com isso, contribuindo para criar uma classe operária moderna, o que é do interesse do capital.

[7] A discussão sobre “vontade política” e “distribuição de renda” deixa de apreender esta que é a prática fundante da superexploração do trabalho, uma vez que o trabalhador brasileiro está submetido a uma dupla exploração: a drenagem de recursos materiais e de riqueza para os países desenvolvidos e a própria exploração pela burguesia interna, o que redundava na extração de uma taxa de mais-valia muito alta.

[8] Isto ocorreu em vários momentos da história brasileira, mas Chasin analisa especialmente o período da auto-reforma do último regime bonapartista, a mal denominada “abertura”, que, se “abriu” politicamente, manteve hermeticamente fechada a política econômica do arrocho salarial (contra a qual movimentaram-se as massas de trabalhadores do ABC, quase xecando o sistema), que era, na verdade, seu ponto nevrálgico. A “abertura” terminou mesmo por realizar a “consolidação institucional do arrocho”.

[9] Segundo a terminologia de Florestan Fernandes, a *revolução econômica* foi dissociada da *revolução nacional*, sendo esta relegada a segundo plano.